

ARTIGOS ORIGINAIS

“Eu sou homem” é uma certeza-dobradiça? Sobre gênero, antifundacionalismo, e a possibilidade de mudança de uma *Weltbild*

Is “I am a man” a hinge certainty? On gender,
antifoundationalism, and the possibility of changing a *Weltbild*

Pedro Pennycook

<https://orcid.org/0000-0001-9810-6054> – E-mail: pedropennycook@gmail.com

Juliany Tôres

<https://orcid.org/0000-0002-9504-588X> – E-mail: juliany.thaina@gmail.com

Marcos Silva

<https://orcid.org/0000-0003-1552-2525> – E-mail: marcossilvarj@gmail.com

RESUMO

Wittgenstein sugere, em *Da Certeza*, que duvidar de que ele “é um homem” pode ultrapassar os limites de como nossos jogos de linguagem epistêmicos funcionam (§79). Uma vez que a certeza de que tais coisas no mundo como “homens” e “mulheres” estariam tão embutidas em nossa imagem de mundo (*Weltbild*) que não poderiam ser postas em dúvidas, poder-se-ia constituir um exemplo curioso do que o autor chama de “certeza-dobradiça”. No entanto, o fato de nossa visão de mundo ser orientada por certezas envolvendo gênero não deveria representar um fato imutável. Neste trabalho, argumentamos que, apesar do binarismo poder ser considerado uma certeza-dobradiça, isso não o impede de ser desafiado e mudado. Para isto, nós primeiro argumentamos que qualquer interpretação de como dobradiças estruturam nossos jogos epistêmicos precisará privilegiar pelo menos uma das metáforas apresentadas em *Da Certeza* em detrimento das outras. O tipo de metáforas destacadas sustentaria uma leitura epistemológica anti- ou fundacionalista. Uma visão fundacionalista sobre certezas-dobradiça é responsável, defenderemos, por sua suposta imutabilidade, incluídas certezas-dobradiças sobre gênero. Tomamos, então, a questão da pretensa imutabilidade de certezas de gênero como um caso específico sobre a pretensa imutabilidade de certezas-dobradiças. Nós propomos aqui

interpretar o binarismo de gênero como a base da nossa imagem de mundo, cuja "certeza" pode ser vista como uma violenta constrição normativa. Em nossa leitura antifundacionista da epistemologia wittgensteiniana, defenderemos que certezas-dobradiças devem ser mutáveis, uma vez que seu *status* é funcional, isto é, elas devem variar seu papel ou função em contextos diferentes. Em favor do revisionismo de certezas-dobradiças, argumentamos que nossas práticas podem servir de ferramenta para desafiar o *status* de dobradiça do binarismo.

Palavras-chave: Epistemologia Wittgensteiniana. Epistemologia social. Queer theory. Binarismo de gênero. Antifundacionismo.

ABSTRACT

In *On Certainty*, Wittgenstein suggests that doubting whether he "is a man" may exceed the limits of how our epistemic language-games function (§79). Since the certainty that things like "men" and "women" exist in the world is so deeply embedded in our world-picture (*Weltbild*) that it cannot be called into question, it might constitute a curious example of what the author calls a "hinge certainty". However, the fact that our worldview is shaped by gender-related certainties should not be taken as immutable. In this paper, we argue that even if the gender binary can be considered a hinge certainty, this does not prevent it from being challenged and changed. To do so, we first contend that any interpretation of how hinges structure our epistemic language-games must prioritize at least one of the metaphors presented in *On Certainty* over the others. The selected metaphors would support either an anti-foundationalist or foundationalist epistemological reading. A foundationalist view of hinge certainties, we argue, is responsible for their supposed immutability, including gender-related hinge certainties. We then take the presumed immutability of gender certainties as a specific case study concerning the alleged immutability of hinge certainties. Here, we propose interpreting the gender binary as the foundation of our world-picture, whose "certainty" can be seen as a violent normative constraint. Through our anti-foundationalist reading of Wittgensteinian epistemology, we maintain that hinge certainties must be mutable, given their functional status — that is, their role or function should vary across different contexts. In defense of revising hinge certainties, we argue that our practices can serve as tools to challenge the hinge status of the gender binary.

Keywords: Wittgensteinian epistemology. Social epistemology. Queer theory. Gender binarism. Anti-foundationalism.

Em uma passagem enigmática de seus cadernos de *DC*¹, Wittgenstein afirma que "Pode ser verificado que sou homem e não mulher, mas se eu dissesse que sou uma mulher e tentasse explicar o erro dizendo que não tinha verificado a afirmação, a explicação não seria aceita" (§79). Como interpretar esta esquecida passagem da assim chamada epistemologia Wittgensteiniana? Ao negar a necessidade de explicação (ou afirmar a estranheza em se dar uma explicação) na

¹ *Da Certeza* será citado como *DC* ao longo do ensaio. Quando não explicitamente mencionado, parágrafos citados ao longo do texto se referem a esta obra.

auto-atribuição de gênero, Wittgenstein chama nossa atenção para a natureza de certezas fulcrais (ou, como preferimos, certezas-dobradiças) associadas ao gênero? É constitutivo da gramática de afirmações da forma "eu sei que..." que podemos estar errados sobre elas. Isso se deve ao fato de que Wittgenstein reserva a dúvida apenas para sentenças empíricas, uma vez que elas são falsificáveis. Assim, se, de fato, Wittgenstein defender que não podemos estar errados a respeito da proposição auto-atribuída "sou homem" (ou "sou mulher"), então ela de fato não deveria ser categorizada como empírica, ou passível, portanto, de negação ou de falsificação. Em vez disso, a proposição deveria funcionar como um critério normativo que usamos para testar a legitimidade de outras sentenças e de procedimentos comuns em nossas vidas. Wittgenstein aponta para a semelhança em funcionamento desses critérios normativos com "dobradiças", isto é: estes critérios expressam certezas tão embutidas em nossa imagem de mundo que permanecem fora de nossos jogos epistêmicos usuais de duvidar legitimamente. Na realidade, essas dobradiças baseiam nossos jogos de linguagem de dúvida enquanto os orientam e os configuram. Alguém poderia questionar, entretanto, se há algum tipo de truísmo em identidades de gênero. E, caso haja, em que terreno ele se encontra. Se for facilmente verificado, como Wittgenstein o faz parecer, para onde devemos olhar em busca de saber a verdade sobre atribuições de gênero e/ou sexo? Em outras palavras, proposições orientadas por gênero como "sou homem" ou "sou mulher" poderiam ser consideradas dobradiças?

Iremos argumentar que, (1) apesar de "sou homem" dever ser entendida como uma certeza-dobradiça, seu significado tem variado com o tempo devido a mudanças constitutivas no contexto em que a proposição é usada (§256). Afinal, se seus contextos de uso mudam de maneira relevante, o seu significado também deve mudar. Para isso investigaremos se (2) o *status* de dobradiça dessa proposição é derivado do *status* de dobradiça da diferença sexual. Assim, apesar da certeza de ser homem depender da certeza de que haja algumas categorias mais fundamentais (como "homens" e "mulheres"), iremos afirmar que muito do sofrimento social circundando os contextos inferencialmente articulados que fixam o significado de "sou homem" é enraizado não em seu *status* de dobradiça, mas no *status* de dobradiça da diferença sexual. Em certo sentido, o comprometimento histórico da luta feminista transformou os contextos de enunciação de "sou mulher", mas ainda não o desatrelou da referência binária. Essas variações às vezes mitigam o dano no uso da proposição, mas não são suficientes para erradicá-la. Iremos então sugerir que (3) manter o binarismo de gênero contribui para a perpetuação de uma gramática social injusta; mudar seu *status* de dobradiça leva à dissolução do significado orientado por gênero da proposição analisada.

Neste trabalho, argumentaremos que "sou homem" ou "sou mulher" são certezas-dobradiças, e exploraremos a possível mudança de uma imagem de mundo (*Weltbild*) baseada nelas, portanto. Apesar do caminho reverso poder parecer politicamente mais desejável para nós, a interdependência mencionada em (2) deveria ser levada em consideração ao analisar a atual configuração de nossos jogos de linguagem. Estes articulam de forma inferencial o significado de expressões orientadas por gênero. Isso ressalta como nem todas as normas são justas, e muitas podem apenas ser aplicadas por meio de um forte nível de repressão e violência em relação a indivíduos oprimidos, grupos minorizados e suas formas de vida alternativas². Começamos com a premissa pragmatista de que a análise da língua comum deveria ser baseada em práticas como ocorrem atualmente, em vez de como preferíamos que elas fossem. Enquanto certamente expressamos nosso desejo político de viver em um mundo onde (2) não

² Outros membros de nosso grupo de pesquisa desenvolveram essa intuição através de outras imposições políticas violentas em nossos jogos de linguagem. Ver Praxedes e Silva (2025) e Santana e Silva (2025).

seja o caso, infelizmente, também reconhecemos que ainda não alcançamos isso. Escolhemos defender o *status* de dobradiça de (2) como uma maneira de testar nossas possibilidades de revisão imanente dentro de nossos jogos de linguagem em (3).

A fim de fazê-lo, na primeira seção, enfatizamos a importância de metáforas quando lemos *DC*. Pretendemos demonstrar que qualquer interpretação privilegiará necessariamente pelo menos uma metáfora em detrimento das outras. Escolhemos a metáfora do leito do rio (§§96-97) como nosso complemento-chave para a metáfora das dobradiças, acreditando que ela destaca o antidogmatismo e anti-fundacionalismo necessários para abrir possibilidades para revisar nossas dobradiças, e portanto, nossa imagem de mundo (*Weltbild*). Na segunda seção, sustentamos que “sou homem” deveria ser entendida como uma dobradiça porque explícita como nossa *Weltbild* é embutida na diferença sexual, o que resulta em uma forma violenta de conformidade às normas. Nosso argumento recai na existência de níveis diferentes de *status* de dobradiça, em que o *status* de dobradiça da proposição analisada é baseado no *status* de dobradiça subjacente de binarismo de gênero e diferença sexual. Na última seção, exploraremos a possibilidade de revisar dobradiças como uma maneira responsiva e dinâmica de melhorar nossos jogos de linguagem ao nos conscientizarmos da opressão social.

1 O papel das metáforas de *Da Certeza* na interpretação de dobradiças

Alguns autores ressaltam diferentes metáforas como mais centrais que outras em suas leituras de *Da Certeza*. Por exemplo, Figueiredo e Smith (2022) e Moyal-Sharrock (2004; 2015) priorizam as metáforas axiais, apesar de extraírem delas pontos de vista opostos; Stroll (1994) usa os conceitos de “festhalten” e “os muros de fundação”. A metáfora do “leito do rio” parece ser uma das mais usadas nas leituras antifundacionalistas. Mota (2021), por exemplo, afirma que qualquer interpretação consistente de dobradiças depende de uma análise sistemática das metáforas de *DC*. Enquanto concordamos com o papel central que essas metáforas exercem na obra, não acreditamos que haja uma maneira sistemática de reconciliar todas as metáforas e dá-las o mesmo peso. Para manter um relato consistente, o leitor deverá enfatizar necessariamente certos momentos no livro³. A centralidade das metáforas relativas à forma como abordamos este livro já oferece pistas sobre o projeto filosófico que ele envolve. Entretanto, é intrigante que um trabalho dedicado a como nossa gramática epistêmica opera⁴ faça um uso tão extenso de metáforas. Vale considerar que essa escolha não é aleatória. De fato, através dos desenvolvimentos filosóficos de Wittgenstein mais relevantes e longos relativos ao *Tractatus* e às *Investigações Filosóficas*, conceitos cedem a noções metafóricas⁵. Como se, para ser consistente com as premissas metodológicas que Wittgenstein estabelece, falar claramente sobre a

³ Por exemplo, Stroll (1994) afirma que alguém é obrigado a dar preferência a uma metade do livro em relação à outra. Ele entende essa divisão sobretudo como baseada em uma pretensa proposicionalidade das dobradiças.

⁴ Vale ressaltar como *DC* não é primariamente um livro epistemológico, mas um livro sobre o vocabulário (ou “gramática”) que usamos para falar de conhecimento. Nesse sentido, é sobre a gramática lógica do discurso epistêmico, para usar a definição de lógica posterior de Wittgenstein, como regras constitutivas de um jogo de linguagem particular. Ele está preocupado sobretudo com as normas a partir das quais nos engajamos legitimamente com crenças (e dúvidas) e de quais premissas gramaticais nós dependemos em nossos jogos de linguagem comuns para fazê-lo.

⁵ Há diversos exemplos que poderíamos apontar. Os mais notáveis, acreditamos, são “Bilder”, responsáveis pela teoria da linguagem da juventude de Wittgenstein e a última “Spiele”, como no significado polissêmico dos “jogos” que consertam o significado de conceitos e palavras quando “jogamos” e nos engajamos normativamente com outros. Silva (2021) tem uma opinião interessante sobre o desenvolvimento de “Maßstäbe” (regras), por exemplo, ao longo dos trabalhos de Wittgenstein e o papel que ele exerceu ao se distanciar do TLP.

natureza da linguagem só se torna possível recorrendo a meios indiretos em vez de conceitos mais técnicos.

Isso fica ainda mais aparente em um trabalho como *DC*. Apesar das lentes exegéticas empregadas por seus leitores, deve ser acordado que certezas-dobradiça retêm certa natureza conotativa, seja ela metafórica ou metonímica. Elas são ou indizíveis ou dificilmente expressíveis com clareza, mas nunca em sua totalidade; são evocadas ou mostradas pela fala de outras proposições empíricas; constituem a expressão de uma “mitologia” sistemática de nossas vidas (§94-95). As dificuldades de interpretação, no entanto, param não somente com a flexibilidade de Wittgenstein em abordá-las, mas também apontam para o próprio papel exercido pelas dobradiças em nossos jogos de linguagem. Em *DC*, Wittgenstein explora, em vez de descrever: ao focar no papel das dobradiças em nossos jogos de linguagem, o autor explicita posturas e arranjos normativos de nossas práticas que permaneceriam apenas implícitas ou inarticuladas de outra forma. Ele lida com regras que geralmente não duvidamos, ainda que configurem nossas práticas inferenciais mais cotidianas, articulando internamente o significado de nossas práticas.

Em outras palavras, por Wittgenstein ser mais interessado em como nosso envolvimento comum com jogos de linguagem evoca regras implícitas que nos permitem “jogar” com elas em primeiro lugar, a empreitada filosófica de *DC* é mais criativa ou exploratória que propriamente explanatória ou argumentativa.

Se olharmos a metáfora de dobradiças de porta, por exemplo, as certezas-dobradiça seriam precisamente aquelas certezas pelas quais a possibilidade de dúvida está fora de questão, pelo menos enquanto estiverem em vigor em nossas vidas (Moyal-Sharrock, 2004; 2015; Coliva 2010). Isso é por elas não estarem incluídas em nossos jogos de dúvida usuais. No §115, Wittgenstein afirma que “não há como duvidar de tudo, pois o jogo da dúvida em si pressupõe certeza”; no §341, que “As questões que levantamos e nossas dúvidas dependem do fato de algumas proposições serem isentas de dúvida, são como se fossem dobradiças nas quais elas giram”.

Nessas passagens, a metáfora das dobradiças mostra que, a fim de gerenciar e formular juízos de conhecimento e apoiar a legitimidade do jogo, algo dentro deste deve permanecer inquestionável. O cético parece duvidar precisa e sistematicamente da legitimidade dessa uniformidade. Contudo, essa estratégia sai pela culatra do ceticismo: ela abala sua própria dúvida porque eles desacreditam da nossa habilidade de “solucionar” esta dúvida. Diferentemente da certeza, o conhecimento e a dúvida pressupõem uma à outra mutuamente, já que ambas são possíveis modos de aparência para a mesma proposição empírica: se alguém tiver alguma convicção sobre uma proposição, ela pode constituir certeza enquanto está bem presa (ou seja, “*festhalten*”) ao jogo da dúvida (§144). Se uma proposição expressa conhecimento, a partir desta visão, então ela deve poder ser negada e/ou falseada. De acordo com esse critério, as dobradiças por expressarem certezas, e não conhecimento, seriam “inabalavelmente firmes” – logo, imutáveis e não revisáveis.

A insistência em um conjunto fixo de proposições parece contradizer o projeto do assim chamado segundo Wittgenstein, que era menos inclinado ao dogmatismo lógico-metafísico que ele havia mostrado no *Tractatus*. A prova disso pode ser encontrada na volatilidade terminológica empregada ao longo de *DC*, onde conceitos como *Bild*⁶ e *Wesen*⁷ coexistem com

⁶ Em passagens como a 102, em que o verbo “*Bilden*” é usado para indicar um sistema lógico de crenças, ou ao discutir “imagens” psicológicas” que usamos para nos orientarmos em jogos de crença e dúvida (e.g. §§146-147).

⁷ Particularmente no §105, novamente em referência a dobradiças como a “essência” de sistemas lógicos, mas também no §45, em que a “essência” de calcular serve como metáfora para como as práticas de cálculo funcionam.

*Sprachspiel*⁸. Talvez o exemplo paradigmático seja o §203, excluído pelos editores originais, em que Wittgenstein apoia suas posições em jogos de linguagem ao referenciar o *Tractatus*. Mesmo com a crescente ênfase em significado como uso, em vez de como “visualizar” configurações lógicas, é claro que a obra habita um espaço misterioso entre ambos os projetos. O fato que a linguagem usada em *DC* hesita poderia ser lido, então, como um sintoma da volubilidade nos posicionamentos filosóficos do autor. Ao mostrar uma linha de raciocínio em desenvolvimento, ela enfatiza o papel do leitor em sublinhar momentos no trabalho seletivamente, ou para alinhá-lo com o jovem Wittgenstein ou para associá-lo com o posterior.

Acreditamos que não há maneira de reconciliar as metáforas no livro igualmente. Mesmo se a rigidez de passagens como §144 sejam resumidas aos limites de uma gramática entre outras, elas ainda parecem enfatizar textualmente que a certeza investida em certas proposições não muda, ou ainda, não pode mudar sob o risco da deterioração do próprio jogo epistêmico da dúvida. Enquanto isso, no §256, por exemplo, Wittgenstein afirma explicitamente que “*ändert sich das Sprachspiel mit der Zeit*”. Isso enfatiza o desafio interpretativo e a necessidade do leitor de envolver-se em uma avaliação diferenciada e crítica da perspectiva filosófica transformativa de Wittgenstein.

Através de um posicionamento antifundacionista, Mota (2021) argumenta que alinhar *DC* com *PI* seria a leitura mais consistente filosoficamente. O fundacionalismo é caracterizado pela necessidade de crenças auto-justificantes (truísmos), que serviriam como barreiras contra tanto o ceticismo e o relativismo radicais. Todavia, essas leituras frequentemente recaem em um tipo de universalismo que acreditamos serem inconsistentes com o posicionamento posterior de Wittgenstein⁹. Por outro lado, leituras antifundacionistas¹⁰ podem ser amplamente definidas por sua compatibilidade com uma pluralidade de jogos de linguagem e com o potencial de revisão epistêmica de seus critérios gramaticais. Autores antifundacionistas advogariam que o *status* de dobradiça deveria ser entendido como um papel gramatical que certas proposições exercem no âmbito dos jogos de linguagem, mas não são essencialmente amarrados a ele. Basicamente, a distinção entre uma proposta fundacionista ou antifundacionista se apoiará na posição do intérprete com relação à que caminho acompanhar¹¹. Alegamos que adotar uma leitura informada politicamente que leve lutas sociais em consideração, como no caso de proposições de gênero expressarem certezas-dobradiças e, mesmo assim, precisarem ser modificadas ou revisadas, nos motiva a rejeitar o fundacionalismo. Ao longo de nosso argumento, damos prioridade à metáfora do leito do rio, dessa forma nos alinhando com o antifundacionalismo proposto por Mota.

O §96 de *DC* sugere que, para que algumas proposições fluam (isto é, adquiram múltiplos usos e significados), outras deverão se solidificar. Wittgenstein chama nossa atenção para a influência mútua e a natureza historicamente mutável deste processo. Enquanto isso possa não ser imediatamente evidente, especialmente ao considerar a descrição mitológica anterior (§§94-95), parece ser o caso que proposições solidificadas fiquem enterradas sob as fluidas,

⁸ Uma análise desta metáfora foi feita por nós em Silva (2021).

⁹ Duas das principais interpretações fundacionistas seriam a de Stroll (1994) e de Moyal-Sharrock (2004; 2015). Ambos concordam que, uma vez que dobradiças fundamentam nossos jogos de linguagem e não podem ser fundamentadas, deveriam ser consideradas como sem justificativa. Porém, enquanto Stroll admite que dobradiças são pelo menos proposicionais, a interpretação de Moyal-Sharrock vai tão longe quanto dizer que elas são inefáveis. O argumento da autora em favor da inefabilidade da dobradiça será contestado na última seção deste trabalho.

¹⁰ Tais como Wright (1985), Williams (2005), Pritchard (2011; 2016) e Silva (2015; 2020). Analisar os detalhes que diferenciam esses autores não é o escopo deste ensaio. Um bom relato disso pode ser encontrado em Mota (2021).

¹¹ Wright (1985, p. 468) chega a dizer que *DC* como um todo pode ser lido como um “dilema fundamental” entre anti e fundacionalismo.

tornando-se assim menos explícitas. Como mitos, elas funcionam metonimicamente, em outras palavras, como "como se...": nós as mostramos, ainda que não as descrevamos. Apesar de não serem explicitamente ditas, seu uso é invocado pela declaração de proposições fluidas, que são mais comuns, apesar de serem polissêmicas em seu uso cotidiano.

Quando lemos a metáfora das dobradiças (§341) combinada à do leito do rio, podemos pensar que algumas certezas são capazes de basear nossos jogos de dúvida não por serem essencialmente estáticas, mas por se encaixarem como um eixo que usamos, em alguns contextos, para *fazer* certas inferências. Como funções-axiais dentro de jogos particulares, dobradiças são proposições que se tornam certas, "inabaláveis", "endurecidas". Mas que, como afirma Wittgenstein, ainda assim podem voltar a fluir tal qual as demais proposições empíricas (§§96-97). É a mobilidade e a plasticidade de potenciais ações e práticas com quais agentes podem se engajar que as definem como funcionalmente articulados, assim como um rio só pode fluir se seu leito permanecer parado. Assim como as proposições-dobradiça não são perpetuamente "enterradas" no fundo do rio, também não estão permanentemente "coladas" a nenhuma parede. Antes, Wittgenstein enfatiza como elas trabalham como um eixo dentro de um sistema: se o sistema muda, seus eixos também mudam. Tanto a metáfora do leito do rio quanto a da dobradiça nos oferecem uma perspectiva dinâmica de certeza-mobilidade: apenas o movimento em volta do eixo o torna parado, apenas o fluxo do rio acalma seu leito. Pois é a imobilidade de algumas proposições permite a "água" fluir com as demais. Estar parado é uma função, e não uma propriedade *a priori* e incondicional.

Outro aspecto ao qual a metáfora do rio alude é a ideia de que proposições não são rigidamente divididas em categorias absolutas, mas se espalham gradualmente em uma dinâmica contínua de solidificação e fluidez. O §99 aponta para esta direção: "E a margem daquele rio consiste em parte de rocha dura, sujeita a nenhuma alteração ou apenas a uma imperceptível, parte de areia, que agora em um lugar, agora em outro, é levada embora, ou depositada". O imaginário de que há pedras, areia e água alude para como dobradiças não são sistematicamente arranjadas, mas se relacionam umas com as outras de forma estratificada, dinâmica e em graus de firmeza diferentes.

No § 97, não há uma distinção clara entre proposições fluidas e fixas porque seu *status* atual não resulta de nenhuma modalidade essencial. Isso contradiz um trecho como o §105, que pertence ao contexto da metáfora de sistema. Fluidez e rigidez são potenciais atributos de qualquer proposição. Se elas desempenham de forma diferente depende de como são usadas, a função a qual servem, e o último, por sua vez, depende, em grande medida, do momento e contexto de sua fala. Essa é uma metáfora crucial para entender como a análise de "sou homem" pode ser rigorosamente assumida quando conectada a uma *Weltbild* embutida na diferença sexual. Removido desse contexto de binarismo e diferença sexual, a certeza-dobradiça "eu sou homem" perderia o seu significado, a sua centralidade e o *status* de dobradiça.

2 Performatividade de gênero e enação normativa

Quando autores como Butler (1997; 1999; 2001) e Preciado (2013; 2018) propõem que pensemos em gênero em termos de sua performatividade, não visam garantir uma suposta distinção entre determinantes naturais e culturais. Tampouco excluem a "natureza de sexo" em favor de um foco maior em práticas sociais de identificação de gênero. Caso a adotassem, autores como Butler e Preciado estariam comprometidos a pressupor não apenas que haja dois sistemas ontológicos distintos produzindo sujeitos mutuamente excludentes, mas também,

em um sentido mais estrito, produzindo dois regimes de verdade e gramática distintos que corresponderem a cada um desses sistemas. Examinaremos a seguir como esse dualismo ontológico pode ser caracterizado. Argumentaremos contra ele, propondo ao invés uma crítica *queer* de certezas-dobradiças orientadas por gênero como mais adequada.

Com frequência, a natureza é apresentada como normalmente associada a determinações a priori sobre as quais não poderíamos fazer muito porque elas seriam independentes e limitadas aos fatos necessários. Entre elas haveria diferenças anatômicas, a delineação de zonas erógenas específicas e, mais recentemente discutido, atribuição cromossômica. Haveria duas categorias naturais de seres humanos, isto é, masculino e feminino. A biologia apareceria aqui como a última fortaleza da “verdade do sexo” – ou seja, um conjunto de proposições sobre as quais não podemos levantar suspeitas porque elas moldariam certezas universais e necessárias sobre o binário sexual humano.¹² Nos referimos a este posicionamento como “diferença sexual” ou “orientado por gênero”, ao longo deste trabalho.

A cultura, por outro lado, levaria em consideração os papéis sociais atribuídos a humanos de cada um desses lados naturais. Logo, esses papéis constituem um sistema de formas de agir e falar de si: eles se enraízam como um produto de identidade individual ao sujeitar indivíduos a um determinado gênero. Ao contrário do sexo, o gênero seria entendido aqui em termos do que são irreduzíveis à “verdadeira” natureza do corpo; tipos culturais que incorporam regras sobre ser homem ou mulher. Apesar de serem historicamente maleáveis, identidades de gênero masculina e feminina adquirem rigidez normativa: aprendemos o que significa falar de si como homem, por exemplo, ou agir no mundo como mulher, em nossos processos diários de socialização. Em situações em que tais certezas são radicalmente confrontadas com evidência empírica, a abordagem comum é colocar a legitimidade da evidência em dúvida, e não a norma em si. Elas constituem uma parte fundamental das nossas vidas e permeiam a forma como dividimos e pensamos sobre ambientes de trabalho, como organizamos nossas trocas econômicas e como produzimos e apreciamos arte, como reconhecemos e atribuímos significado e valor. Desde a mais tenra idade, nossa orientação no espaço de razões é mediada pelo gênero binário, estabelecendo normativamente o significado de muitas outras práticas que seguem a partir disto.

Alinhado a esta visão normativa da atribuição de gênero, em um trabalho recente, propomos uma genealogia do papel que a normatividade exerce no pensamento de Wittgenstein (Silva, 2021). Acompanhamos especificamente como o conceito de *Maßstäbe* se desenvolve, desde seu papel marginal inicial no *TLP* até adquirir centralidade para a noção de normatividade em trabalhos tardios do autor. Como quando somamos os ângulos interiores de um triângulo, não falsificamos normas se sua soma for maior de 180°. Em vez disso, usamos a norma como referência para retificar o que *deve* ser um erro de cálculo. Esta é uma característica própria de certezas dobradiças também. Elas possuem resistência normativa. Quando confrontadas com evidências empíricas recalcitrantes, há uma resistência normativa de não falsificá-las.

¹² Como um grande grupo de pensadores, não existe consenso na Teoria Queer sobre quanto a “natureza” e a “cultura” (isto é, sexo e gênero) deveriam ser diferenciadas. Contudo, mesmo quando vemos o trabalho anterior de Butler (1999; 2013), em que o discurso semântico/linguístico parece ter primazia sobre os regimes somáticos (“naturais”) do corpo, ela também afirma como o gênero ultrapassa um mero equivalente cultural ao sexo natural. Em vez disso, o gênero trabalha moldando como percebemos a natureza de acordo com um discurso sexuado. Em *Problemas de Gênero*, por exemplo, apenas “o corpo culturalmente construído será então liberado”, e uma emancipação em si é pensada como um “futuro aberto de possibilidades culturais” (1999, p. 119). É apenas com Haraway (1991) e Preciado (2013; 2018) que a natureza somática/corpórea em si se torna uma questão de fabricação social emancipada. Com o surgimento de “órgãos prostéticos”, Preciado argumenta que a personificação orientada por gênero torna-se um lugar de intervenção discursiva. A prática *queer* deveria trabalhar como um *hacker* dessas ferramentas, distorcendo não apenas as linhas ontológicas de homem e mulher, mas também da própria cultura e da natureza (ver particularmente Preciado, 2018, p. 128-139).

Ao contrário, buscamos protegê-las, reforçá-las e usá-las como parâmetros de revisão da evidência empírica. Se aludimos a uma evidência empírica que pretensamente falsificaria uma certeza-dobradiça, esta será usada para resistir normativamente à falsificação. A certeza será aludida para mostrar que em verdade a evidência empírica recalcitrante em verdade é ilegítima ou encontrada a partir de um procedimento ilegítimo. Nesta visão, se o binarismo desempenha o papel normativo de certeza-dobradiça, então deve dispor de resistência normativa quando confrontado com evidências recalcitrantes, ou seja, ao invés de ser falsificado, é usado como critério de correção para se rever a legitimidade da pretensa evidência que o falsificaria. Ao invés de ser revisto frente a uma pretensa falsificação, o binarismo resiste normativamente, e é usado para revisar a legitimidade do que pretensamente o revisaria.

Já uma estratégia *queer* parece ajudar a complicar a forma como gênero e sexo se interseccionam. Ela se importa mais em mostrar como desembaraçar a forma como falamos de nossas identidades, a natureza que atribuímos a elas, obscurecendo as condições produtivas de sexuação por meio do contato com o poder. Em certa medida, seria mais preciso dizer que práticas linguísticas produzem nossa natureza como sexual, consoante Butler coloca "A 'nomeação' de sexo é um ato de dominação e compulsão, uma performativa institucionalizada que tanto cria e legisla a realidade social ao requerer a construção discursiva/perceptiva de corpos de acordo com o princípio de diferença sexual" (Butler, 1999, p. 147).

"Criar" e "legislar" podem ser discutidos aqui como síncronos porque, seguindo os passos de Foucault, Butler nunca entende o poder como puramente coercitivo. Toda aderência ao poder produz um sujeito compatível com sua imagem. Como *Vigiar e Punir* relata, o caso exemplar seria os prisioneiros. A leitura "Hegelian" de Foucault feita por Butler mostra as propriedades generativas do discurso como um subproduto da polissemia de *assujettissement*, isto é, o poder é tanto coercitivo quanto criativo (Butler, 1997, p. 84). A ambivalência de discurso é responsável, nós insistimos, pela maneira como as dobradiças podem ser constitutivas e ainda serem violentas. Saber quando usar corretamente uma norma não pode, portanto, levar em conta sua plena justificativa. Uma norma pode ser aplicada corretamente e ainda ser violenta. A atribuição e consolidação de gênero opera e se perpetua não necessariamente por meio do silenciamento, mas por meio da modulação de *como*¹³ falaremos sobre alguma coisa (neste caso, nossa sexualidade). Usando um vocabulário mais pragmatista, diríamos que a responsividade a normas (que entendemos aqui como sinônimos com sujeição ao poder) não é justificada por algum critério epistêmico externo (a existência de um corpo "pré-lei"), enquanto as próprias normas moldam os atos que oferecem a base para quaisquer justificativas.

Vale destacar que algumas normas não encontram nenhuma justificativa além de permeiar nossos jogos, ao estruturarem internamente a maneira como agimos, como afirma Wittgenstein (§212):

Em determinadas circunstâncias, por exemplo, consideramos um cálculo como suficientemente verificado. O que nos dá o direito de fazê-lo? Experiência? Isso não pode ter nos enganado? Em algum lugar devemos terminar com a justificativa, e então permanece a proposição de que é assim que calculamos.

¹³ A fonte crucial a favor deste argumento é o segundo capítulo de *A História da Sexualidade*, v.1. Nele, Foucault desafia o que ele chama de "hipótese repressiva", questionando a ideia de que a sociedade disciplinar (esclarecida, moderna, Vitoriana) nos proíbe de falar de sexo. Pelo contrário, o sexo se torna um objeto científico no âmbito da modernidade porque não conseguimos parar de falar disso. Domar o discurso na verdade funciona ao determinar nossas "condições de possibilidade" de falar disso (Preciado, 2010, p. 128).

Também por isso Butler (e Foucault) consideram central que sistemas normativos concentram o significado de nossas expressões linguísticas ao também determinar comentários implícitos no âmbito de nossas práticas comuns. Precisamente porque não há subjetivação sem uma relação com poder, não pode haver nenhuma influência exceto ao nos assumirmos como pertencentes a um sistema de normas; torna-se impraticável pensar e saber sem qualquer mediação.

Em vez de encontrar justificativa em alguma verdade biológica imutável, devemos entender como são nossas normas que produzem e legitimam a diferença sexual. Consoante Butler, “a língua é um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos-realidade que são eventualmente discernidos de forma errônea como ‘fatos’. Coletivamente considerados, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural” (Butler, 1999, p. 147). A natureza e a cultura estão entrelaçadas. Não há uma verdade fundamental à qual podemos nos referir, exceto à imanência de nossas práticas e como nós as legitimamos e as perpetuamos ao desempenhá-las¹⁴. Ao desempenhar o gênero de alguém, nossas práticas decretam (e constroem) uma norma binária.

As normas agem sobre nós ao moldar as possíveis estruturas de influência. Assim como alguém pode ser corrigido quando faz uma jogada de xadrez errada ou quando se pune um arremesso lateral com o pé no futebol, o poder interpela nossos fazeres singulares ao determinar uma visão do mundo orientada por gênero. Se alguém saísse na rua agora vestindo roupas consideradas tipicamente femininas e se apresentasse como “mulher”, não mudaria o sistema de crenças postulados por nosso modo discurso de poder específico. Provavelmente não importaria muito se essa pessoa se defendesse mostrando que não existem critérios epistemologicamente justificados para usar uma gramática orientada por gênero. Normas violentas não são perpetuadas porque são de alguma forma justificáveis. Em vez disso, tornam-se normas como resultado de enculturação, treinamento, domesticação e execução de poder. Em sua leitura feminista de *DC*, Hoagland estabelece como nossas normas socialmente construídas sempre estiveram embutidas nas relações de poder. O fato de Moore e Wittgenstein não estarem preocupados com poder, contudo, provavelmente deve-se ao fato de eles já serem parte de grupos legitimados, isto é, grupos cujas vozes definiram quais normas deveriam ser aplicadas ou não e o que elas significam (2002, p. 121-122). A partir de Alice Crary, Lobo (2022) também defende que tomar consciência de nossos compromissos de dobradiça *como* éticos e políticos é uma questão de perceber sua incorporação em relações de poder.

Wittgenstein é claro sobre não buscar o significado de uma frase ao nos voltarmos para nossos pensamentos interiores ou sentimentos imediatos com relação a isso (§90). Em vez disso, entender o significado de uma proposição é dominar seus contextos de uso, e eles sempre precedem e nos excedem: “mein Weltbild habe ich nicht, weil ich mich von seiner Richtigkeit überzeugt habe; auch nicht, weil ich von seiner Richtigkeit überzeugt bin. Sondern es ist der überkommene Hintergrund, auf welchem ich zwischen wahr und falsch unterscheide” (§94). A questão chave é: o que alguém *faz* ou consegue quando diz x? Com que rede de normas, comportamentos e inferências a pessoa se compromete quando usa um conceito x? Em outras palavras: quais são as normas implícitas a que alguém se compromete ao usar expressões linguísticas?

Identificar-se como “homem” significa: sei me comportar como homem, performar como homem. E performar como homem significa: sei como navegar um espaço binário de razões onde sou socialmente privilegiado, às custas da opressão de outros, por causa de como meu

¹⁴ É o caso que Stroll (1994), que lê *DC* como uma defesa do fundacionalismo, faz para diferenciar o posicionamento de Wittgenstein dos fundacionalistas clássicos. Ou seja, os fundacionalistas clássicos dependem de pelo menos algum “conhecimento” para fundamentar suas certezas, enquanto o relato de Wittgenstein não tem nenhuma impressão epistêmica sobre eles.

corpo foi classificado com relação a gênero¹⁵. Com efeito, de fato parece que ninguém pode se enganar com a declaração “eu sou homem” porque ela não é baseada em crença pessoal¹⁶. As pessoas são interpeladas por essa identidade ou não; como é contido em uma *Weltbild* que alguém faz parte¹⁷. Certamente, nossa atual *Weltbild* é heteronormativa e binária, independente de nós considerarmos isso violento ou não (cf. §93-94) apesar de não precisarmos necessariamente de uma definição essencialista de homens para essa sentença para engendrar inferências que decorrem de seu uso. Nós diríamos que, em um jogo de linguagem conservador, declarar “sou homem” está relacionado a frases como “Tenho genitália x”, “Não tenho determinantes biológicos para dar à luz”, ou mesmo “Tenho um cromossomo Y”. Mas também pode ser o caso de que em outro contexto, significa: “Não consigo me identificar com a opressão estrutural que alguns indivíduos encaram com base na exploração de suas características reprodutivas” ou “me identifico como heterossexual e atraído por mulheres”.

“Sou homem” pode performar de várias maneiras, em diferentes contextos de uso. O que queremos dizer com isso é que a certeza que podemos derivar disso não é encontrada em um espaço externo aos jogos de linguagem no qual é declarada. Em vez disso, é produzida dessa cena situada de declaração *que articula o significado de homem*. Quando nos envolvemos em um jogo de linguagem, demonstramos saber o significado de uma palavra, montando-a em conexão com outras palavras, formando uma frase com significado. Ao articular essa frase inferencialmente com outras, engendramos todo um discurso (e significado) que essa palavra sustenta.

Explicitar o significado da palavra “homem” sabendo usá-la adequadamente em nossa proposição, entretanto, seria algo menos óbvio. É o que podemos aprender de uma seção como o §204, por exemplo: “Ceder terreno, contudo justificar a evidência, tem um fim – mas o fim não é certas proposições nos atingirem imediatamente como verdadeiras, quer dizer, não é um tipo de visão de nossa parte; são nossas ações, que recaem na base do jogo de linguagem”. De várias maneiras, algumas mais violentas fisicamente do que outras, aqueles que nos interpelam evocam o seguinte: “Você não entendeu os contextos de uso dessa regra” ou “Você não entendeu como aplicar essa frase adequadamente”. De toda forma, é como se eles dissessem, caso desafiados: “Você não sabe navegar em nossa gramática binária” (§§79-83)¹⁸.

Mas alguém poderia dizer que essa pessoa não entendeu o verdadeiro significado de “Eu sou homem” (por “verdadeiro”, queremos dizer legitimamente empregado em um jogo especí-

¹⁵ Essa abordagem também pode ser aplicada a outras formas de opressão. Haslanger (2000) une notavelmente gênero e raça, enquanto ambos inferem hierarquias dentro de espaços de razões. Para ela, um conceito normativo de “mulher” 1) deve levar a diferença sexual em consideração, 2) deve ser hierarquicamente oprimida no âmbito da diferença sexual: “Em minha análise, mulheres são aquelas que ocupam um tipo particular de posição social, a saber, uma de subordinado sexualmente marcado. Então, mulheres têm comum que seu sexo (assumido) as têm desfavorecido; mas isso é incompatível com os tipos de variação cultural que a investigação feminista revelou, pelo conteúdo substancial da posição das mulheres e das formas de justificá-lo podem variar enormemente. Reconhecidamente, o relato acomoda tal variação por ser muito abstrato; entretanto, ele fornece um relato esquemático que destaca a interdependência entre as forças materiais que subordinam as mulheres e as estruturas ideológicas que as sustentam”. A autora aponta que esta definição claramente se adequa à forma como sabemos e vivemos o gênero, mas que seria possível imaginar um mundo de gênero não-hierárquico.

¹⁶ Quando Wittgenstein fala de *Weltbild*, ele geralmente o faz qualificando com o genitivo (“meu”, “nosso”, de Moore”). Acreditamos que seja possível argumentar que esse uso se origina de uma certa prudência para não universalizar um *Weltbild*. Há o nosso, há outras, e todas poderiam ser configuradas de forma diferente do que são atualmente.

¹⁷ Não podemos ter certeza de como o conceito de *Weltbild* deriva do *Lebensform* do PI. Algumas vezes ele lembra mais a “forma lógica” do *Tractatus*, outras ele evoca a situacionalidade histórica de *Lebensform* e interligação com costumes, valores e dados biológicos. Estou lendo *Weltbild* mais próximo dessa última noção.

¹⁸ Em *Relatar a si mesmo*, Butler exemplifica como a identidade sempre vem de uma demanda do outro. Semelhante a um cenário legal, alguém é “interpelado” quando confrontado com a exigência de articular seu todo como organizado de acordo com uma identidade única, coesa e harmônica. No escopo deste ensaio, devemos focar em como as normas são responsáveis tanto por nos fornecerem uma perspectiva em primeira pessoa e limitá-la às normas do outro. Isto é, nos tornarmos sujeitos com o preço de se identificar com algum grupo oprimido (ex. “mulheres”).

fico). Ele poderia estar muito apegado às diferenças anatômicas que sustentam as inferências de um jogo conservador – digamos, “homens não deveriam ter uma voz tão aguda quanto a sua”. Se, por outro lado, entendemos as formas corretas de usar nossa frase como comportamental (mostrar, agir), sua centralidade torna-se ainda mais evidente.

Wittgenstein expressa em vários momentos como aprendemos a usar regras não as descrevendo, mas testando-as (§95). Digamos que alguém se comporta novamente como na situação anterior e não tenha sido reprimido agora, vestindo as mesmas roupas e agindo da mesma forma, alguém estaria demonstrando destramente a regra para “Sou homem”. A “prova” de que alguém o desempenha corretamente é que os outros não o questionam no ato de demonstrá-lo. Isso recai somente no *Handlungsweisen*: em ser da forma que fazemos coisas (orientadas por gênero). Se alguém fosse dizer a algum interlocutor, nesse contexto: “Não sou homem”, olhariam para ele com estranhamento e provavelmente diriam: “claro que você não é homem, você é mulher”. A mesma estranheza ocorreria se eles invertessem as proposições. De toda forma ele seria deslegitimado por não entender como a verificação de normas funciona, isto é, a própria possibilidade de declarar aquela proposição já me descredita como capaz de me orientar dentro dos limites de nossos jogos de dúvidas (orientados por gênero) (Cf. §79).

Se um homem trans anuncia, em círculos conservadores, que “ele é homem”, sua frase não tem apenas uma função descritiva, mas política. Ele não está inconsciente do funcionamento correto dessa afirmação, mas busca confrontar uma rede de certezas consensuais. Em vez de se adaptar à norma, seu uso leva a cabo uma subversão consciente da própria regra de divisão sexual. A enunciação trabalha como um *hacking* da regra: aprender a aplicá-la a fim de removê-la¹⁹. Ele está dizendo: “Entendo que a afirmação ‘sou homem’ continue a partir das inferências ‘tenho um cromossomo Y’, mas ajo a fim de pressionar essa regra para que seja revisada, já que ela não considera mais a pluralidade referencial que desejo declarar”. A fim de saber como subvertê-la, e produzir os efeitos desejados naquele dado contexto com sucesso, o agente precisa saber qual seria o uso esperado por aqueles jogadores.

O que esses exemplos mostram é que o *status* de dobradiça de “Sou homem” não se apoia em uma teoria essencialista do sexo, nem exclui uma teoria de gênero “semântica”/culturalista. Enfatizamos que enquanto ela preenche uma função de regra, qual maneira contará como correta ao aplicá-la mudará de um jogo de linguagem para outro. O que não muda em nenhum desses contextos é a suposição de que há algo como dois tipos ontológicos distintos para categorizar seres humanos, a saber, homens e mulheres. O que importa aqui não é seu conteúdo, mas o sistema de relações hierárquicas que eles significam (Cf. Haslanger, 2000). Em todos os contextos em que alguém diz essa proposição, ele também evoca: “Não sou mulher”.

Se entendermos gênero como uma performance que, em vez de ser baseada em diferença sexual, a produz, sua constituição em um *Weltbild* torna-se mais evidente. Em ambas as possibilidades, sua centralidade é condicionada pela inserção de diferença sexual em nossa gramática social. Se nos comportamos “como um homem”, independentemente do campo pragmático no qual insiro a afirmação “eu sou homem”, também estou comprometido a afirmar “Não sou mulher”. Podemos inferir que “Sou homem” é pragmaticamente equivalente a “Não sou mulher” – isto é, essas frases produzem os mesmos efeitos em nosso sistema binarista de crenças.

¹⁹ Nos alinhamos fortemente com a visão de Preciado (2013) do *queer* como um *hacking* sexual. Como Preciado (2013, p. 394-398) sustenta que o gênero é tecnologicamente produzido, o *hacking* poderia ser entendido como uma prática subversiva de grupos oprimidos, apropriando-se dos dispositivos e biocódigos forçados a eles. Não mais restritos a normalizar seus corpos – e dizemos isso como uma maneira de impor como corpos com gênero são obrigados a “corrigir” inferências normativas – esses aparelhos poderiam ser ressignificados em contextos emancipatórios (tais como experimentos Testogel ele/ela, singularizando o corpo dele/dela na borda do discurso psiquiátrico).

Mediante o argumentado acima, acreditamos que a proposição “eu sou mulher” cumpre os critérios de uma dobradiça. Seu *status* de dobradiça, entretanto, seria coextensivo com violência. Apenas faz sentido como dominação e controle de certos corpos. Considere: se regras para certezas que causam sofrimento podem ser promovidas, então por que não seriam consideradas dobradiças? Dizer, em nosso contexto, “Sou homem” é uma dobradiça não significa que precisa apelar para alguma essência metafísica. Em vez disso, ela estabelece significado ao articular inferencial e normativamente com outras expressões linguísticas e comportamento. Em nosso caso, significa que nossa gramática social está enraizada em diferenças sexuais. Como uma dobradiça, ela articula e normaliza um significado (violento) a ela. O argumento de Butler, alinhado à epistemologia wittgensteiniana das dobradiças, torna-se mais relevante agora. Porque se (1) “Sou homem” é uma certeza-dobradiça e (2) sua centralidade surge de uma dobradiça ainda mais embutida em nosso sistema de crenças (orientado por gênero), parece que chegamos em um ponto decisivo: ou proposições-dobradiça são passíveis de revisão, ou estamos condenados perpetuamente ao binarismo de gênero.

Mas uma certeza-dobradiça seria passível de revisão? Se ela não puder nem ser dita ou articulada, como podemos indicá-la como uma regra que causa sofrimento?

3 Como podemos revisar certezas-dobradiça e por quê?

Pode não haver, para Wittgenstein, nenhum contexto em que nossas certezas centrais possam ser postas em dúvidas ou justificadas, uma vez que sua indubitabilidade é conceitual, não contextual. Essa não é uma dobradiça que possa ser posta em dúvida em alguns contextos e não em outros; uma dobradiça nunca pode ser posta em dúvida (Moyal-Sharrock, 2015, s./p.).

Qualquer tentativa de livrar-se da diferença sexual deve considerar essa afirmação um desafio, e para alguns grupos minorizados, uma ameaça. Ao dizer que “uma dobradiça nunca pode ser posta em dúvida”, Moyal-Sharrock propõe uma certa necessidade no funcionamento de nossas dobradiças. Isso seguiria a partir de dois momentos:

- (i) dobradiças não são epistêmicas e
- (ii) dobradiças não são proposicionais.

Para defender a condição (i) como verdadeira, Moyal-Sharrock (2015) aponta para a não justificabilidade dessas certezas. Se o conhecimento pressupõe o jogo “saudável” de dúvida, isto é, que alguém pode se retificar baseado em verificações empíricas, dobradiças não podem ser epistêmicas porque não verificamos se há ou não prova factual para agarrar-se àquela crença; “nós provavelmente nunca sequer pensamos, ainda que brevemente, nos objetos de nossa certeza central”, só agimos (cf. §45-46).

Em diversos momentos, uma tendência em manter nossas crenças atuais é indicada, geralmente apenas se comprometendo a novas crenças, em geral quando são convergentes àquelas já cristalizadas. No §110, contudo, Wittgenstein nos lembra de como não há “prova real” para justificar essas crenças. Em vez disso, elas são “fundadas” em uma capacidade de correção imanente. Uma vez que uma *Weltbild* nunca é individual, e o uso de regras e formas de agir são responsivas a práticas públicas, é entendido que essa correção também deriva de outros jogadores, não só de um indivíduo isolado (§3).

A diferença sexual (e, por extensão, a proposição “Eu sou homem”) não é baseada em uma justificativa oculta. Acreditamos que não consiste em conhecimento, como funciona em uma “estrutura” da qual o conhecimento surge, mas serve como um critério normativo para

testar o alcance do nosso conhecimento e influência no mundo. Wittgenstein mostra que adquirimos nossas certezas quando somos iniciados em jogos, ou seja, em práticas regradas, mas tal iniciação não ocorre por meio de demonstrações de regras explícitas, mas por meio de seus usos que já possuem estas regras implicitamente. Aprendemos cometendo erros, testando e corrigindo como deveríamos performar uma norma, mas também somos encorajados e ensinados por jogadores experientes, estabelecendo ligações afetuosas (tais como aquelas de autoridade, experiência, confiança, empatia).

O *status* de dobradiça de uma proposição depende de sua cristalização em uma *Weltbild*, entendido aqui como o sistema contendo todas as nossas crenças. Quando Wittgenstein usa esse termo, ele sempre aparece em referência a essa pessoa, evidenciando que essa *Weltbild* não é única, nem em sua configuração necessária. A diferença sexual está embutida em nossa visão de mundo, para que uma sequência como “Sou homem” se torne central porque seu contexto (heterossexual e binário) de uso o insere por articulações inferenciais que estabelecem o significado do conceito. É apenas central, causando estranheza se enunciado, devido à indubitabilidade que traz, devido à fulcralidade da diferença sexual.

Para saber que (ii) é uma maneira adequada de entender dobradiças, Moyal-Sharrock precisa refutar a metáfora do leito do rio. Mas como alguém pode apoiar a inefabilidade dessas certezas quando “isso é certo: a mesma proposição pode ser tratada de uma vez como uma coisa a ser verificada pela experiência, em outra como uma regra de verificação”? (§98). Talvez possamos rebater a hipótese de Moyal-Sharrock se nos voltarmos para as diferentes formas como uma frase funciona. Certamente “Sou mulher” pode funcionar como a evocação de uma regra, mas também pode funcionar como uma denúncia dela. Se proposições empíricas podem ser revisadas com base em confrontos e avanços empíricos (sociais, políticos, etc.), essas mesmas proposições podem assumir uma função central mais tarde. Dizer que frases empíricas e dobradiças não são essencialmente diferentes nos compromete a aceitar isso: ou seria o caso que o caminho é unidirecional (de proposições empíricas a dobradiças, mas nunca de dobradiças a proposições empíricas)?

Mas o que determina se uma proposição exerce ou não o papel de dobradiça? O contexto, a circunstância na qual nos encontramos em nossas vidas. Essa possibilidade de revisão baseada em um tipo de sensibilidade ao contexto, além da rejeição de que essas certezas são necessárias, não parecem ser características compatíveis com o fundacionalismo (Mota, 2021, p. 89).

A “sensibilidade ao contexto”, aqui, torna-se um ponto crucial. A ideia (o que alguém poderia chamar de gesto antidogmático) é que o contato com diferentes contextos sociais pode nos levar a reavaliar nossas crenças e melhorar nossa *Weltbild* gradualmente. É importante estabelecer como a primazia de práticas cotidianas para justificar nossas certezas pode nos comprometer²⁰ a manter uma *Weltbild* violenta. Quando Wittgenstein mostra os limites normativos para fundar nossas crenças, abrindo espaço, assim, para sua integração na vida normal, ele diz: “Em algum lugar devemos terminar com a justificativa, e lá permanecer a proposição de que é assim que calculamos” (§212)²¹. Em outras palavras, em algum momento a

²⁰ Considerando que dobradiças são não-epistêmicas (e raramente articuladas semanticamente), Pritchard prefere dizer *compromissos-dobradiça*, em vez de proposições-dobradiça ou certezas-dobradiça. Lobo (2022) constrói a partir de sua visão sobre compromissos para entender como o *engajamento político* com o mundo pode transformar nossas dobradiças.

²¹ Cf. *PI*, §217: “Como sou capaz de seguir uma regra?” Se essa não é uma pergunta sobre causas, então é sobre a justificativa para minha atitude em dessa *maneira* em cumprir a regra. Uma vez que eu tiver esgotado as justificativas, terei alcançado o centro da questão. Então estou inclinado a dizer: “Isso é simplesmente o que faço.” (Lembre que às vezes demandamos explicações em

cadeia de justificativas deve cessar e neste fim teremos apenas o que fazemos e como fazemos como fundamento.

No caso de práticas sexuais e da construção de subjetividades, isso certamente nos comprometeria com uma estrutura heteronormativa. Sujeitos cujas práticas seriam consideradas desviantes das normas poderiam ser obrigados a se conformarem a elas, visto que o binarismo é a forma como agimos normativamente (*Handlungsweise*). Não pode passar despercebido como grupos oprimidos sempre desafiaram a determinação normativa de suas vidas com práticas desviantes, mesmo apesar de seus esforços não serem reconhecidos por darem legitimidade para melhorar nossas formas de vida. Isso deve-se ao fato de as certezas as quais nós nos “festhalten” são em si os muros cegantes que restringem a emancipação e asseguram que as normas continuem a ser “corretamente” aplicadas – sendo suas correções violentas ou não. Alinhado a isto, pode-se destacar como Hoagland (2002) é particularmente preocupada com como o poder patriarcal arbitra nossa definição de “feminilidade” (e, portanto, de “mulher”). Porque nossas bases de certeza estão articuladas a uma sociedade hierárquica (em que homens brancos, ocidentais e cis estão no topo), ela deixa claro como a emancipação pode apenas acontecer ao afirmar um certo nível de *incerteza epistêmica*. Devemos entendê-la como uma transformação em nossas formas de vida que permite “flexibilidade, diversão”: uma “revolução moral” em que ações desviantes ganham primazia com relação a normas violentas e limitadoras (2002, p. 135).

Na tradução inglesa do §139, Wittgenstein parece aludir aqui mais uma vez à totalização de normas sobre práticas cotidianas, como se estivéssemos presos em correntes que não podemos sequer reportar (fazer um relato, ou descrever): “Não apenas regras, mas também exemplos são necessários para estabelecer uma prática. Nossas regras deixam lacunas abertas, e a prática precisa falar por si mesma”. A prática falar por si mesma não indica sua soberania sobre as normas; apesar de “lacunas” serem saídas para um ciclo vicioso, elas também indicam que não podemos falar de normas sem falar de erros atuais e possíveis. Isso corroboraria a tese de inefabilidade de Moyal-Sharrock. E, finalmente, porque só podemos transformar situações quando elas se tornam semanticamente expressáveis, isso corroboraria a tese da imutabilidade de dobradiça. Influência normativa significa: a norma dialoga conosco quando é decretada, e isso é dito de uma maneira mais resoluta quando é performada.

Contudo, há outro lado da primazia da influência sobre as normas. Já que elas são apenas decretadas por agentes únicos e concretos, não abstratos, a influência apenas pode ser efetiva quando dá lugar às formas plurais que agentes singulares as decretam. No original alemão, frases como o §139 parecem encorajar tal melhoria de nossas normas quando percebemos a plasticidade de nossas práticas: “Unsre Regeln lassen Hintertüren offen, und die Praxis muß für sich selbst sprechen”. Isto é, de forma bem literal, nossas regras deixam “portas abertas” para nossa esfera prática falar por si mesma. As normas capturam melhor a realidade quando deixam portas abertas para a singularidade de agentes. A prática não requer soberania absoluta, uma vez que ainda depende das regras oferecendo lacunas, mas ela pode captar a abertura de normas para mostrar sua graça onde as regras vacilam. E a inefabilidade da tese de Moyal-Sharrock nos leva a uma leitura basicamente conservadora, onde não há possibilidades de mudar nossas dobradiças (e, como consequência, também nossas práticas), uma imagem mais precisa de nossas normas, Wittgenstein nos diz no §139, mostrando que são na verdade

nome não apenas de seu conteúdo, mas de sua forma. Nossa necessidade é arquitetural; uma explicação é um tipo de uma mística falsa que nada sustenta.

mais plásticas, não rígidas. Onde as regras falham em relatar a realidade, nossas práticas podem servir como meios para melhorá-las.

Um olhar mais próximo para os movimentos de emancipação contra a diferença sexual nos mostra como nossas práticas constantemente “traem” a suposta imutabilidade de nossa gramática binária. É precisamente nesse sentido que Butler, por exemplo, entende a performance paródica do gênero: “Se a subversão é possível, pode ser a subversão vindo dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se volta contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas” (Butler, 1999, p. 19). Ela se apressa para permanecer consciente dos movimentos concretos dos agentes²², cujas identidades “metamorfoses inesperadas” buscam se expressar ao forçar os limites de nossa gramática atual. Se sempre questionarmos que efeitos tais proposições e ações produzem em um certo contexto, devemos nos perguntar se não estamos deliberadamente fechando as portas das nossas regras e, com isso, jogando fora outras gramáticas (possivelmente menos violentas). Porque se nos tornarmos conscientes de suas aberturas, nós veremos práticas, com toda a força de seu “futuro aberto de possibilidades”, deslegitimando-as.

Abrir as portas das regras é o primeiro passo para testar se nossas dobradiças ainda são adequadas para o que suportamos como valores normativos. Quão longe elas abrem, são rígidas, dão conta do que queremos fazer? Pode não haver um esforço deliberado e sistemático para tal abertura, mas ele certamente pode ser encontrado quando prestamos atenção à pluralidade de contextos nos quais as identidades são encenadas. A questão sobre o que nós *buscamos* expressar quando agimos assim deve preceder a análise da aplicabilidade correta de uma regra.

A possibilidade de estar enganado sobre a verdade de uma proposição empírica constitui a gramática do “Eu sei disso”, ou seja, do nosso jogo de linguagem epistêmico. O mais importante: a possibilidade do erro permite que alguém retifique sua declaração ao checar um fato esquecido ou desconhecido até então. Proposições tais como “Sou mulher/homem”, como Wittgenstein afirma, encontram-se fora do reino gramatical da dúvida: porque alguém não poderia se enganar com relação a isso nem o retificar a partir da experiência. Apesar de tais proposições resistirem mesmo à evidência empírica mais recalcitrante, elas funcionam como critérios para testar outras proposições. Encontrar-se fora da gramática da dúvida, “Sou homem” torna-se imune à verificação (ou falsificação) de fatos empíricos ao mesmo tempo em que serve como regra para ela. A proposição expressa uma certeza que resiste normativamente à falsificação por evidência recalcitrante ao tornar-se critério de avaliação da qualidade da própria evidência que pretensamente a falsificaria.

Quando testamos os limites do que nossas dobradiças nos permitem fazer, e verificamos que elas não consideram como agimos singularmente, nossa maneira de agir deveria servir como um grito contra sua obsolescência: “Queremos mudar em nossa forma de vida, não um debate/validação dos termos do jogo de linguagem existente”, como Hoagland (2002, p. 128) coloca corretamente. Não é uma questão de saber como nos orientarmos dentro desse jogo de linguagem, mas que sua base não reconhece nossa influência nele. Não pode haver nenhuma revisão imanente do *status* de dobradiça de “mulher” ou “homem” sem uma revolução estru-

²² Silva (2015; 2020) propõe que o “método socrático” de Brandom poderia servir como uma ferramenta conceitual para revisar as dobradiças. Muito desse raciocínio recai nessa sensibilidade e consciência da “desorganização” de nossas práticas cotidianas concretas. Ao demandar um relato de porque alguém age de determinada forma, também estamos questionando por que nós (como comunidade) *devemos* ou não agir da mesma forma. Se toda ação é normativa, as normas deveriam considerar formas singulares de agir. Veja também Xavier e Silva (2023).

tural dentro de nossa *Weltbild*. Essa revolução é uma forma de vida não orientada por gênero em sua fulcralidade.

Em contrapartida, a tese da inefabilidade de Moyal-Sharrock nos leva ao máximo conservadorismo: ela dá muita importância a suas normas mesmo quando sua execução termina em sofrimento. Um conjunto de regras aparentemente imutável pode apenas satisfazer àquele cujo poder preserva, visto que isentar nossas dobradiças de justificativa pode rapidamente tornar-se justificar a violência que endorsa. O que se torna ainda mais claro ao analisar perspectivas normativas é que não podemos fornecer um relato de nossas regras sem questionar as relações de poder na qual estão embutidas. Devemos nos perguntar sempre: *Essa maneira de agir e os critérios que estabelecemos para restringir seu uso, a quais objetivos servem? Aonde essa porta nos leva? Com quais espaços de práticas nos envolvemos quando as abrimos? Sem levar em consideração a interligação entre a fundação de nossas crenças, nossa performatividade normativa e o poder que nos sujeita, trabalharemos em um nível de análise linguística puramente formal, e, portanto, nulo, porque abstrato demais para permitir mudanças importantes*²³.

Como mostramos, jogos de linguagem são historicamente mutáveis. Por serem fundamentados em um *Weltbild*, a consciência de contexto para a luta de grupos oprimidos pode ser uma fonte para transformar o que os articula²⁴. É precisamente no nível de historicidade que Butler identifica o *queering* de performatividade política²⁵. O que querem dizer com isso é que a *queerness* não impede a mobilização política de identidades do agente (tais como “mulher”, analisado aqui), ainda que não seja uma identidade em si. Em vez disso, a *queerness* explicita a mutabilidade pragmática de normas. Ela garante que aquela influência singular se recuse à totalização normativa, uma vez que a ação emancipada se abre para a diversão do agente dentro de seu espaço normativo. Em nossa perspectiva, defender que certezas-dobradiças não podem ser mudadas significa também defender que quadros estruturais de opressão e injustiças articulantes de nossa imagem de mundo tampouco poderiam ser mudados. Esta visão de imutabilidade e inefabilidade é inaceitável para grupos historicamente minorizados.

Uma análise de nossas práticas linguísticas comuns precisa levar em consideração o que nos obriga a agir de determinada forma, bem como quais tensões são possíveis expressar quando nos conscientizamos do que atualmente apenas nos aparenta ser anômalo²⁶. Enquanto as regras forem usadas para nos silenciar, haverá anomalias pelas quais valha a pena lutar. Se falharmos em considerar o maquinário de poder por trás do que contar como o uso correto de certas regras, terminaremos naturalizando injustiças e classificando singularidades como desvios normativos. Vindo de uma leitura não epistêmica, apesar de não inteiramente não-semântica de DC, Camila Lobo (2002, s./p.) aponta como

[...] nossas sensibilidades adquiridas às vezes estarão em desacordo com interpretações dominantes do mundo. É a partir do espaço dessas “lacunas” abertas que o pensamento resistente comum pode surgir, plantando a semente da qual uma consciência reflexiva maior poderá crescer. Certamente, qualquer relato sofisticado de experiência social pode apenas ser alcançado através de meios coletivos de luta filosófica e política. Mas,

²³ Desenvolvemos uma crítica do entretecimento entre motivações políticas, afetivas e normativas no estabelecimento de jogos de linguagem em Pennycook (2024).

²⁴ Sobre esse tópico, Coliva (2010, p. 1-2), também antifundacionista, afirma que, todavia, nossos jogos de linguagem não são apoiados por bases nem podem ser ditos verdadeiros, não podendo ser racionalmente mantidos, e seria possível, pelo menos legitimamente, ter outros alternativas, que seriam tão legítimos quanto os nossos. Logo, seria possível, pelo menos a princípio, ter diferentes imagens de mundo (*Weltbilder*).

²⁵ Discussão esp. em Butler (2011, p. 174).

²⁶ “Anômalo”, isto é, separado de nosso *nomos* ou espaço de razões.

novamente, tais práticas coletivas estariam cegas se não se referissem àquele tipo primordial de pensamento que nos permite discernir os aspectos objetivos do mundo nos quais nossas análises deverão focar. Isso, é claro, é o que a objetividade da dobradiça se torna. Longe de serem irracionais, nossos compromissos-dobradiça derivam de sua autoridade a partir do contexto complexo de sensibilidades que nos permitem navegar o mundo. É a partir dessa base objetiva de racionalidade que novos conceitos podem florescer e silêncios têm uma chance de serem ouvidos.

Rigor pragmático não precisa ser sinônimo de manter o *status quo*, como a leitura de Moyal-Sharrock nos leva a acreditar. Pragmatismo, especialmente em seus setores mais anti-dogmáticos, é também uma maneira de garantir que, porque práticas são históricas, estruturais e estruturantes, não precisamos estar eternamente presos a uma *Weltbild* estática e injusta. Quando portas emperram e nos impedem de passar, jogamos suas dobradiças enferrujadas fora.

Referências

- BUTLER, J. *Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”*. Oxford: Routledge, 2011.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Oxford: Routledge, 1999.
- BUTLER, J. *The psychic life of power: theories on subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- COLIVA, A. *Moore and Wittgenstein: scepticism, certainty and common sense*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- HARAWAY, D. A cyborg manifesto. In: *Simians, cyborgs and women: The Reinvention of Nature*. Oxford: Routledge, 1991. p. 149-181.
- HASLANGER, S. Gender and race: what are they? (What) do we want them to be? *Noûs*, v. 34, n. 1, 2000, p. 31-55.
- HOAGLAND, S. L. Making mistakes, rendering nonsense, and moving toward uncertainty. In: SCHEMAN, N.; O’CONNOR, P. (Orgs.). *Feminist interpretations of Ludwig Wittgenstein*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002. p. 119-137.
- FIGUEIREDO, N.; SMITH, P. Introdução. In: FIGUEIREDO, N.; SMITH, P. (Orgs.). *Epistemologia dos eixos: interpretações e debates sobre as (in)certezas de Wittgenstein*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2022. p. 15-26.
- LOBO, C. Speaking silences: A Wittgensteinian inquiry into Hermeneutical Injustice. *Nordic Wittgenstein Review*, n. esp., 2022, p. 50-74.
- MOTA, H. *Em que medida seria Wittgenstein um fundacionista?* 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) –, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- MOYAL-SHARROCK, D. A certeza fulcral de Wittgenstein. *Dissertatio*, Pelotas, v. 1, n. supl. 1, 2015, p. 3-30.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Understanding Wittgenstein’s On certainty*. New York: Palgrave-Macmillan, 2024.
- PENNYCOOK, P. Pensar a pura vida: dialética como crítica gramatical. *Revista Estudos Hegelianos*, v. 21, n. 38, 2024, p. 110-139.

- PRAXEDES, F.; SILVA, M. Gaslighting como violência gramatical: uma leitura baseada na epistemologia wittgensteiniana. *Prometeus*, São Cristóvão, v. 17, 2025, p. 187-218.
- PRECIADO, P. B. *Countersexual manifesto*. Columbia: Columbia University Press, 2018.
- PRECIADO, P. B. *Testo junkie: Sex, drugs, and biopolitics in the pharmacopornographic era*. New York: The Feminist Press at CUNY, 2013.
- SANTANA, J.; SILVA, M. Sobre democracia racial, violência gramatical e certezas fulcrais: como um mito se torna regra no imaginário brasileiro. *Ethic@*, Florianópolis, v. 24, 2025, p. 1-32.
- SILVA, M. Contra o dogmatismo realista: notas sobre acordos e jogos. *Trans/form/ação*, Marília, v. 44, 2021b, p. 287-312.
- SILVA, M. Desacordos profundos e revisão da lógica: uma leitura neo-pragmática. In: SOUZA, M. J. A.; LIMA FILHO, M. M. (Orgs.). *Linguagem e cognição*. Cachoeirinha: Editora Fi, 2020. p. 79-99.
- SILVA, M. Persuasion over conviction: On the role of conversion in logical conflicts between realists and anti-realists. In: MORENO, A. (Org). *Wittgenstein e seus aspectos*. Campinas: Editora Unicamp, 2015. p. 143-166.
- SILVA, M. Satz als Bild und Satz als Maßstab: Sobre o desenvolvimento normativo de uma metáfora. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2021, p. 84-102.
- STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- XAVIER, P.; SILVA, M. Contra a inefabilidade das *hinge proposition*: uma leitura neopragmatista. *Ideação*, Feira de Santana, v. 47, n. 1, 2023, p. 104-121.
- WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. São Paulo: Fósforo, 2023.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Fósforo, 2022.

Sobre os autores

Pedro Pennycook

Doutorando em Filosofia na Universidade do Kentucky, com bolsa CAPES-Fulbright de doutorado pleno. Adicionalmente, colabora com o programa de Estudos Latino-Americanos (LACLS) e o Comitê de Teoria Social da Univ. of Kentucky. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica, do GT de Teoria Crítica da ANPOF, do grupo de pesquisa NormAtiva.

Juliany Tôres

Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestra pela mesma instituição. No mestrado, desenvolveu pesquisa sobre gênero. Atua como professora de Filosofia na rede básica de ensino de Pernambuco e participa de diversas atividades acadêmicas e de extensão. É fundadora e coordenadora do grupo "Mulheres que Filosofam". Integra grupos de pesquisa voltados à epistemologia analítica e estudos sobre Wittgenstein.

Marcos Silva

Professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É o atual presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica (desde 2023). É bolsista de produtividade 1D do CNPq. Foi coordenador do PPGFIL/UFPE de 2021 a 2024 durante a aprovação e implementação do programa de doutorado. Desde 2020, atua como Editor Chefe da *Perspectiva Filosófica*. Em 2025, ganhou bolsa do programa HUMBOLDT/CAPES para ser pesquisador visitante na Freie Universität Berlin, supervisionado por Barbara Vetter. Em 2018, ganhou o Fulbright Junior Faculty Member Award e foi pesquisador visitante na University of Pittsburgh, supervisionado por Robert Brandom. Em 2008, defendeu seu mestrado sobre alguns problemas da aplicação em filosofia da técnica de mapeamentos isomórficos. Em 2012, doutorou-se a respeito do colapso da filosofia da lógica do Tractatus de Wittgenstein. O mestrado e o doutorado em Filosofia foram supervisionados por Luiz Carlos Pereira, na PUC-Rio. De 2009 a 2011 fez parte de seu doutoramento (Sandwich) com bolsa do DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst) na Universität Leipzig (Alemanha) com Pirmin Stekeler-Weithofer. Em 2012, pesquisou, como pós-doutorando, o Problema da Exclusão das Cores e o Quadrado de Oposições Aristotélico no PPGF/UFRJ com Jean-Yves Beziau. Desenvolveu pesquisa pós-doutoral financiada pela FUNCAP/CAPES, de 2013 a 2015, com André Leclerc, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Participa como membro permanente do quadro docente dos Programas de Pós-graduação em Filosofia da UFPE e da UFAL. É membro da Alfa-n (Associação Latino-Americana de Filosofia Analítica), da SBFA (Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica), da Sociedade Brasileira de Lógica (SBL) e da ALWS (Austrian Ludwig Wittgenstein Society).

Recebido em: 29/03/2025
Aprovado em: 15/10/2025

Received in: 03/29/2025
Approved in: 10/15/2025